

Mais arrocho ao crédito? Não, diz Delfim.

Os atrasados da dívida, eliminados até o dia 29?

O diretor do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, garante que sim.



O Brasil honrará o compromisso formal com os bancos credores e o Fundo Monetário Internacional (FMI) de, no próximo dia 29, eliminar os atrasados líquidos de sua dívida externa. Isso foi o que garantiu ontem o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano (foto), segundo quem o volume de compromissos externos líquidos em atraso do País já deve estar muito abaixo dos US\$ 1,1 bilhão que ele mesmo anunciou no fim da semana passada.

Na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), que segundo o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, poderá ser realizada por telefone na semana que vem, deverá ser aprovada a revogação da centralização cambial, em vigor desde agosto do ano passado. É um compromisso: 20 dias depois do primeiro desembolso do jumbo, acabarão todos os atrasados. A partir do dia 30, o câmbio estará fluindo livremente — observou o diretor do Banco Central.

Com a complementação do ingresso da primeira parcela de US\$ 3 bilhões do jumbo de US\$ 6,5 bilhões, Madeira Serrano reiterou

que o País vai entrar em março com ganho de caixa de US\$ 1 bilhão. Mas o diretor do Banco Central não quis afirmar que esse ganho de caixa signifique crescimento das reservas cambiais em US\$ 1 bilhão, o que leva dirigentes de bancos estrangeiros e até técnicos do Banco Central a contestarem a validade do conceito de atrasados líquidos.

Não haverá aperto de arrocho ao crédito em razão da necessidade de reduzir em 1,9% o saldo da base monetária (emissão primária de moeda), em março, para cumprir as metas de expansão trimestral da moeda prometidas ao Fundo Monetário Internacional. A afirmação, feita ontem em Brasília pelo ministro Delfim Neto e pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, está em flagrante contradição com os números do orçamento monetário.

Segundo Pastore, este mês o Banco do Brasil poderá até injetar Cr\$ 105 bilhões de recursos novos na economia, ao contrário de janeiro e fevereiro, quando os cortes acumulados nas aplicações do banco somaram Cr\$ 187,2 bilhões.

— O Banco do Brasil está rigorosamente dentro dos tetos do orçamento monetário. Em fevereiro, o Banco do Brasil compensou o desvio nos empréstimos de janeiro e voltará a expandir suas aplicações em março, conforme o limite estabelecido pelo orçamento monetário — disse o presidente do Banco Central, após encontro com Delfim e mais os ministros da Fazenda, Ernane Galvães, e da Agricultura, Nestor Jost.

Apesar da promessa de Pastore de que o Banco do Brasil poderá emprestar recursos novos em março, a sua outra afirmativa de que o banco está e ficará dentro dos tetos do orçamento monetário, ao longo deste trimestre, não encontra nenhum respaldo nos números de acompanhamento da política monetária, divulgados pelo próprio Banco Central.

As metas do orçamento monetário aceitas pelo FMI indicam que, neste trimestre, o Banco do Brasil deveria reduzir em Cr\$ 266,5 bilhões o saldo de empréstimos globais de Cr\$ 6,94 trilhões existente ao final de 1982. Como em janeiro e fevereiro o banco só acumulou redução de Cr\$ 187,2 bilhões, contra a projeção de corte de Cr\$ 371,5 bilhões no orçamento monetário, ficaria obrigado a cortar mais Cr\$ 79,3 bilhões em março, além de abrir mão do crescimento líquido projetado de Cr\$ 105 bilhões. Assim, se prevalecer simplesmente a palavra de Pastore, o Banco do Brasil terá dinheiro novo para emprestar. Caso prevaleça o orçamento monetário, o Banco do Brasil vai emprestar ainda menos em março.

Jost recua

A exemplo de Pastore, os ministros do Planejamento e da Agricultura também nada fazem para tentar conseguir alguma credibilidade junto à opinião pública. Quando indagado sobre as novas prioridades da política econômica, após o alívio nas contas externas, Delfim respondeu laconicamente às pressas: "Baixar a inflação no menor tempo possível".

Ao contrário do que alardeou na semana passada, ao questionar o poder de decisão do Conselho Monetário Nacional e as metas do orçamento monetário acertados com o FMI, Jost chegou agora à conclusão de que não deve reclamar: "Os orçamentos monetário e agrícola são compatíveis e quero dizer à Nação que não faltarão recursos para a agricultura. Não há demora alguma na liberação dos financiamentos à comercialização de safra e o agricultor não enfrenta gargalo algum".

Jost apenas manteve a sua posição contrária à política antiinflacionária: "O meu método de baixar a inflação é diferente do método dele. Eu acho que a inflação se combate com a oferta de alimentos mais baratos, enquanto outras pessoas entendem que se combate a inflação no papel".

